



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÉ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VII - Nº 105 - 2ª QUINZENA DE FEVEREIRO DE 1995 - SOLIDÁRIO: R\$ 1,00 - NORMAL: R\$ 0,50

**Não à traição das
direções sindicais**

**Abaixo o acordo que destrói a
aposentadoria por tempo de serviço**

**Abaixo o acordo que acaba
com os direitos trabalhistas e
aumentará o desemprego!**

**Que a CUT e os sindicatos convoquem
assembléias para os trabalhadores
lutarem em defesa da aposentadoria e
do emprego e salário**

**Por uma greve geral
por tempo indeterminado!**

**Liberdade para Diolinda
e as outras lideranças dos sem-terra!**

**Liberdade para Horácio Panário
e as outras lideranças de partidos
de esquerda na Argentina!**

O atraso na luta antiimperialista levará a mais opressão

O plano econômico dá novos sinais de esgotamento. A queda dos juros no mercado internacional aumentou o fluxo de dólares para o Brasil. Os investidores estrangeiros buscam lucros altíssimos baseados no parasitismo financeiro

Nacional

estimulado pelo Plano Real. O governo foi obrigado a comprar bilhões de dólares em semanas. Com isso, abriu-se novamente a possibilidade de estourar o déficit público e abrir caminho para desvalorização da moeda. Foi obrigado a editar uma série de medidas de taxaço e limitação de investimentos estrangeiros, para conseguir manter o pagamento do parasitismo já existente. Anunciou que iria privilegiar investimentos estrangeiros na produção e não nos mercados de capitais. Chegou-se a cogitar o congelamento do dólar, último recurso artificial para manter o plano artificioso.

Crise bancária reflete crise na produção e crise do capitalismo

Os bancos mantêm-se em situação difícil, apesar da altíssima lucratividade. Crescem a cada dia os protestos, pedidos de concordata e de falências. As indústrias não têm como pagar os bancos. A falta de pagamento ainda ameaça o sistema financeiro. Trata-se de um fenômeno que se espalha pelo mundo: o capital financeiro superdimensionado e faminto de lucratividade esbarra na incapacidade da produção, limitada pelo mercado mundial estagnado. A contradição fundamental do capitalismo se expressa com amplitude atualmente através da crise de superprodução. O enorme potencial produtivo tromba com a apropriação privada, com a concentração de mercados e capitais nas mãos do capital financeiro in-

ternacional (imperialista), nas mãos de uns poucos grupos gigantescos. Os verdadeiros dinossauros da atualidade são as multinacionais e os grupos financeiros internacionais. Assim como os monstros do passado dominaram o planeta e foram extintos, o capitalismo em sua fase imperialista também o será. A causa será a sua incapacidade histórica de fazer progredir livremente as forças produtivas, sua incapacidade de alimentar seus escravos tendo superprodução de alimentos, sua fome de exploração, maior que as possibilidades criadas pela mecânica de sua existência enquanto sistema econômico e, finalmente, o golpe mortal das massas exploradas que, sob a direção revolucionária, enterrarão para sempre a opressão nacional e social.

O papel fundamental da traição das direções sindicais

Voltamos a dizer que o Plano Real foi criado de forma artificiosa para dar condições às frações burguesas de negociarem e aplicarem a linha neoliberal ditada pelo imperialismo. Porém, a necessidade de destruição de grande parte das forças produtivas nacionais impede a negociação tranqüila das frações capitalistas nas instituições burguesas. As dificuldades de negociar a reforma tributária, da previdência, administrativa, trabalhista, eleitoral etc. são reflexo desse impasse: para aplicar a política neoliberal a burguesia tem que cortar a própria carne. Difícil como escolher entre perder um dedo indicador ou polegar.

Mas, depois de um semestre inteiro de paralisia, o governo e as frações burguesas começaram a entrar em acordo, graças à ação das direções sindicais traidoras, direitistas ou reformistas. Pretenciosamente, os pelegos se apresentam como representantes dos trabalhadores junto ao governo para negociar quais direitos serão cortados... primeiro, porque depois virão mais ataques.

A ação da burocracia ajuda as frações capitalistas a se organizarem, ajustando seus conflitos e contando com a colaboração dos dirigentes sindicais vendidos para desfechar mais golpes contra as massas.

Depois da previdência, virão o fim dos direitos dos funcionários públicos (com as respectivas demissões em massa) e o fim dos direitos trabalhistas, que já se esboça no acordo do Sindicato dos metalúrgicos de S. Paulo com o patronato.

Para onde caminha a crise?

Se mantiver o rumo, a burguesia brasileira avançará na entrega nacional

e na opressão de classe. Qualquer manobra dos burocratas será impotente diante das tendências históricas do capitalismo. O emprego tende a se reduzir cada vez mais, por causa da aplicação ainda que limitada da tecnologia à produção. Os dados mostram que até as fábricas brasileiras, que são atrasadas em relação às americanas, européias ou orientais, aumentaram a produção de 50% a 100% nos últimos 5 anos, com muito menos operários. Cresceram sobre os cadáveres de outras tantas fábricas, fechadas pela recessão e pela concorrência externa. A aplicação de tecnologia só não é maior justamente pela limitação do mercado, característica do capitalismo.

O que se pode concluir dessa situação não é uma modernidade cruel, que precise ser "humanizada", como pretendem os defensores do regime de exploração do trabalho. Mas um claro apodrecimento do capitalismo. O que a informática e a robótica estão dizendo é que o homem pode se livrar de 90% do trabalho na produção e se dedicar ao seu pleno desenvolvimento e de toda a humanidade. Para isso, só depende de destruir um último e derradeiro obstáculo: o regime capitalista de produção, que mantém bilhões na miséria, fome e desemprego crônico, outros tantos acorrentados a um trabalho estúpido e repetitivo sob péssimas condições de trabalho e salários minúsculos, nações inteiras oprimidas por um punhado de multinacionais e banqueiros parasitas, guerras, doenças, preconceitos, vícios, ignorância toda forma de violência reacionária e as forças produtivas mundiais estranguladas pela propriedade privada dos meios de produção.

Quanto mais demora a luta das massas contra a opressão nacional e social, mais avança a degeneração capitalista. A luta antiimperialista, que por sua natureza não pode deixar de ser anticapitalista, torna-se indispensável para impedir o aumento da miséria e desemprego, caminhos impostos pela burguesia e pelo imperialismo às massas. Seu atraso implica em mais sofrimento. O combate sem trégua às direções sindicais traidoras é condição para avançar em sua direção.

Defendamos a vida das massas!

Combatamos a burocracia vendida!

Exijamos a convocação de plenárias e assembléias em todas as categorias!

Construamos a luta nacional e unitária das massas contra o plano e o governo antinacional e antipopular!

Construamos a Frente Revolucionária Antiimperialista!

Pela Revolução e Ditadura Proletárias!



Previdência: A máscara da traição

As direções das Centrais Sindicais (CUT, CGT e Força Sindical) continuam no firme propósito de manter o acordo feito com Fernando Henrique Cardoso. A Força Sindical (Medeiros) e CGT (Pegado) criticam Vicentinho pelo fato de pretender se projetar como negociador no Fórum de parlamentares e sindicalistas e propor pontos que não estão no acordo. Tanto Medeiros quanto Pegado exigem que o governo coloque logo em votação e acabe de vez com as discussões sobre emendas ao projeto de Euler Ribeiro (PMDB). Essa aparente divisão não passa de disputa aparelhista entre burocratas sindicais para ver quem é o principal negociador com o governo.

Vicentinho, após ter concordado com a essência do acordo, que é a substituição do tempo de serviço por tempo de contribuição e dificultar a aposentadoria dos servidores públicos, tenta outras negociações para amenizar um ou outro aspecto, a exemplo da aposentadoria proporcional e o limite de idade para os servidores. Por outro lado, continua dizendo que a aposentadoria por tempo de serviço e por tempo de contribuição é a mesma coisa e que ninguém sairá prejudicado com essa mudança. Tenta passar a idéia de que quem "cedeu" foi o governo e não os dirigentes sindicais, como se o governo pró-imperialista fosse estúpido. O traidor da classe operária procura esconder sua traição com mentiras e com manobras públicas, dando a idéia de que está fazendo o máximo de esforço para tirar o máximo do governo. As críticas da Força Sindical, por sua vez, auxiliam Vicentinho a confeccionar essa máscara.

O discurso do burocrata sindical Vicentinho era o de que relator não incorporou tudo o que havia sido acordado com o governo. Para impressionar, fez um estardalho em torno da propaganda de que se o governo não fosse fiel na redação do acordo e que se não se dispusesse a continuar a negociação então a CUT estaria fora. Teatralizando, o palhaço da burguesia pediu prazo de um mês para que as negociações continuassem. O governo encolheu os ombros e disse para Vicentinho: dou-lhe uma semana. O papagaio do Vicentinho, passando de galho e galho, baixou as asas e disse: aceito. Nesse vai e vem de aparente conflito e negociações, foi dissolvida a Comissão e a Reforma foi para votação em plenário. De repente, veio à tona que os parlamentares não estavam dispostos a aceitar o fim de seus privilégios, tão utilizados por Medeiros, Pegado e Vicentinho para defender a Reforma da Previdência contra a maioria explorada. Os bonecos da burguesia ficaram indignados para mais um ato do show, mas não romperam o acordo.

A reunião da Direção Nacional da CUT foi para inglês ver

Diante dos descontentamentos surgidos no interior da CUT, principalmente das correntes que se opõe à direção majoritária, Articulação, e de sindicatos vinculados ao funcionalismo público, tratou-se de organizar rapidamente uma reunião da direção nacional para que o acordo fosse referendado pela CUT como um todo. A reunião dos dias 3 e 4 de fevereiro novamente referendou o acordo traidor e colocou mais lenha nas negociações de Vicentinho com parlamentares e governo. Essa reunião foi mais um dos atos do teatro para modelar a máscara da traição.

Primeiro, Vicentinho sob as luzes das câmaras de TV ameaçou com sua demissão do cargo de presidente da CUT caso fosse desautorizado a manter o acordo. Discursou assim: Sempre honrei meus acordos e não quebrei minha palavra. De fato, Vicentinho sempre foi fiel à burguesia. Nisso está sendo sincero. Basta que lembremos os acordos das Câmaras Setoriais, onde se comprometeu a não reivindicar salário e onde os patrões não cumpriram a palavra de não demitir e criar novos empregos. O governo quebrou o acordo de mísero reajuste de salário dos petroleiros e colocou tanques de guerra contra os grevistas. E o Vicentinho como homem honrado apenas lamentou o acontecido. Agora, usa essa mesma honra apreendida na escola da burguesia para ajudar o governo a dar um dos maiores golpes dos últimos tempos sobre as condições de vida das massas exploradas.

Segundo, convocou a reunião nacional da CUT depois de ter negociado também com sua corrente política Articulação a manutenção do acordo e, portanto, a preservação da sua honra. No ninho da burocracia e politiqueros reformistas do PT, a Articulação botou três ovinos, que foram apresentados ao governo como três grandes reivindicações para "melhorar o acordo". O governo entendeu bem a mensagem. Haveria que colaborar para a sustentação da honra de Vicentinho. Como a reunião nacional da CUT não desonrava o governo, Fernando Henrique Cardoso e seus homens do Parlamento poderiam ajudar os traidores a continuar com a tragicomédia, montada para ludibriar os trabalhadores.

Terceiro, a reunião também foi utilizada para dar um espaço às esquerdas que participam da direção da CUT (PSTU, PCdoB, O Trabalho, Democracia Socialista-DS etc) e para apaziguar as bases controladas pela Articulação. Os pseudo-revolucionários não quiseram participar do show principal. Fizeram então sua comédia a parte. Isso nem todos: O Trabalho e DS, ambas correntes do PT, acharam melhor continuar estrelas oposicionistas na reunião. O PSTU e PCdoB

sairam da reunião protestando. Sem dúvida, essa atitude parece ser digna e correta. Porém, não passou de comédia porque essas correntes têm uma considerável influência em vários sindicatos, como por exemplo o PSTU nos correios e PCdoB nos metroviários, e não têm feito senão esperar com palavras. Nenhuma atitude séria de mobilização a partir dos sindicatos sob seus controles. Nenhuma campanha de unidade frentista de todas as correntes opositoras ao acordo para ganhar às ruas e defender com rigor o rompimento da CUT com o governo e a convocação da greve geral por tempo indeterminado. Eis porque Vicentinho pôde também posar de democrático dizendo que as divergências eram normais e respeitadas no interior da CUT. O rompimento desses opositores com a farsa da reunião seria um grande feito se estivesse apoiada em um exemplar trabalho de organização de uma parcela dos trabalhadores disposta a reagir.

PSTU e PCdoB censuram a revolta dos manifestantes

A manifestação de uma centena de ativistas sindicais contrários ao acordo da Previdência, realizada em Brasília, se voltou contra a burocracia sindical traidora e parlamentares do PT, a exemplo de José Genoíno. No conflito, os manifestantes achincalharam Vicentinho e companhia. E ameaçaram dar um cascudo nos vendidos. Isso foi suficiente para o PT fazer um "desagravo" a Vicentinho e tornar motivo de comemoração em torno da honra do presidente da CUT. Montou-se uma corte pequeno-burguesa, com flores e família, para receber Vicentinho e apoiá-lo contra as agressões dos ativistas. José Dirceu, presidente do PT, lançou uma nota à imprensa criticando as vaia, os empurrões e os xinga-

Nacional



mentos de pelegos e traidores.

O PSTU e PCdoB logo saíram também condenando as agressões. Em nota pública dizem os pseudo-trotskyistas que entendem "os motivos da irritação desses companheiros, que se sentem desrespeitados pelo companheiro Vicentinho", mas que o PSTU não apóia "a forma de tratamento dado ao presidente da CUT, por alguns ativistas e dirigentes sindicais, no Congresso Nacional". O PCdoB fez o mesmo. Dessa forma, os esquerdistas e estalinistas se solidarizaram com a burocracia traidora e com os parlamentares vendidos.

Não há que condenar em absoluto a revolta dos manifestantes. Não há que se solidarizar nem mesmo um fio de cabelo com aqueles que traem a classe operária e se vendem à burguesia. O POR considera que atitudes isoladas de ataque à burocracia sindical nem sempre ajudam a progredir a luta de massa. Muitas vezes podem até atrapalhar, quando a burocracia pode utilizá-la perante os trabalhadores para isolar a vanguarda e avançar o totalitarismo burocrático no interior dos sindicatos. Por isso, o POR não tem as como orientação geral do partido. Entretanto, em hipótese alguma se deve condenar os lutadores, que estão expressando repúdio à traição. Esse é o caso preciso do conflito ocorrido em Brasília. O POR apóia sem meias palavras a revolta desses companheiros contra os traidores e de forma alguma considera Vicentinho um companheiro, como é chamado na nota do PSTU.

PT está contra o acordo da Previdência?

O parlamentar José Paim do PT criticou o acordo de Vicentinho. José Genoíno, do mesmo partido, o apoiou e criticou o fato da maioria da bancada petista se colocar pela obstrução. Essa posição majoritária do PT de rejeição a alguns pontos da Reforma significa que esteja de fato contra o acordo? Os acontecimen-

tos indicam que não.

Estar contra o acordo significa defender a vida das massas contra a ofensiva capitalista de fome e miséria. Estar contra a ofensiva capitalista é estar contra o governo neoliberal de Fernando Henrique. Estar contra o governo significa estar contra o Parlamento burguês. Estar contra o Parlamento burguês significa trabalhar pela organização de um amplo movimento nacional e unitário das massas para derrotar de conjunto a burguesia interna e o imperialismo, que patrocina o Plano FHC.

A oposição do PT é uma oposição meramente parlamentar. O resultado dela é que nasce e se extingue nas quatro paredes do Congresso Nacional. Ou seja, trata-se de uma oposição submetida ao Estado burguês. Uma oposição parlamentar burguesa é uma oposição parlamentar burguesa frente ao ataque do governo às massas está fadada a capitular.

Dessa forma, o oposicionismo petista se serve das críticas ao governo para manter as ilusões dos trabalhadores na solução parlamentar e para evitar que os explorados tomem em suas próprias mãos a luta contra a ofensiva capitalista. Serve também para anestesiar a consciência dos oprimidos e chamá-los a votar no PT nas próximas eleições como partido oposicionista à Reforma da Previdência aprovada.

Inicialmente, o PT ficou bravo com Vicentinho não porque negociou os interesses da classe operária com o governo, mas sim porque negociou mal, puxando o tapete do oposicionismo demagógico petista. Por sua vez, Vicentinho reivindicou autonomia da CUT diante do PT porque tinha de negociar com o governo, se auto-anular ou chamar a mobilização dos trabalhadores. E na negociação não poderia rechaçar a essência da Reforma planejada pelo governo, que está concretizada em dois pontos: 1) Acabar com a aposentadoria por tempo de serviço; 2) Liquidar com os critérios de aposentadoria do funcionalismo.

Se Vicentinho rejeitasse esses dois pontos teria de ou se auto-anular ou mobilizar as massas. A alternativa de mobilizar as massas está fora da política do reformismo burocrático. Alguém poderia dizer: há uma quarta alternativa, Vicentinho poderia fazer de conta que mobilizaria os trabalhadores, fazendo pequenos atos, protestos, caravanas etc. Ocorre que esta quarta alternativa seria sua auto-anulação. O que está em jogo para a burocracia é se constituir no "representante" (interlocutor) principal do movimento sindical perante o governo. Trata-se da disputa interburocrática da CUT e Força Sindical para ver quem melhor pratica a colaboração de classe e trai os interesses dos trabalhadores. Eis porque Vicentinho e sua Articulação não poderiam atender aos interesses eleitorais do oposicionismo do PT.

O problema desse jogo entre os reformistas parlamentares e os reformistas

sindicais, irmãos gêmeos, é que acabam obtendo êxito em sua política de evitar a luta unificada da maioria nacional oprimida contra as medidas antinacionais e antipopulares do governo. Para os trabalhadores conscientes, trata-se de denunciar implacavelmente as manobras dos reformistas, defender as reivindicações dos trabalhadores e os métodos de luta próprios da classe operária.

Campanha do Partido Operário Revolucionário

O POR caracterizou imediatamente como traição aos interesses dos trabalhadores a negociata das Centrais sindicais com o governo. De acordo com suas forças embrionárias, se lançou à propaganda e agitação em meio à classe operária, defendendo que a CUT rompesse o acordo, convocasse uma plenária nacional de delegados de base, chamasse os sindicatos a convocarem assembléias, organizasse uma campanha nacional e unitária dos explorados para derrotar o governo de FHC, defendesse a extensão das conquistas da previdência a todos (salário integral ao se aposentar, aposentadoria aos 25 e 30 anos etc) e estabelecimento de um piso de um salário mínimo real, que estaria hoje por volta de 1200 reais.

Ao mesmo tempo, colocou claramente que a Reforma da Previdência era apenas mais um aspecto do Plano antinacional e antipopular de FHC. Nesse sentido, trata-se de trabalhar pela derrubada integral da política neoliberal, ditada pelo imperialismo. Cabe à CUT não só rechaçar a previdência de morte de FHC, mas também o plano de privatização e a Reforma Administrativa de Bresser Pereira, que quebra o direito à estabilidade do funcionalismo, cujo objetivo é demitir em massa e criar as condições para bloquear as lutas grevistas nesse setor.

Em nossa campanha, explicamos que os trabalhadores estão diante de um governo pró-imperialista, obstinado em aplicar medidas que afetam profundamente a economia nacional e esmagam as condições mais elementares dos explorados. Somente através da mobilização de massa, partindo das fábricas para as ruas, unindo operários, camponeses e classe média empobrecida, é que podemos golpear a política antinacional e antipopular desse governo. É necessário que todas as correntes verdadeiramente opositoras se unifiquem numa Frente Revolucionária Antiimperialista para cumprir esse objetivo. É com esse mesmo sentido que criticamos o oposicionismo parlamentar demagógico do PT e o convocamos a romper com o colaboracionismo pró-capitalista e se colocar no campo da mobilização operária e popular. A unidade na luta dos trabalhadores é a condição para uma greve geral por tempo indeterminado para quebrar a ofensiva de fome e miséria do governo.



Campanha do POR contra a traição das direções

Rio Grande do Norte

A CUT regional do Rio Grande do Norte, em reunião, rechaçou o acordo das Centrais Sindicais com o governo. Para preparar os atos que ocorreriam no dia 30 de janeiro, a militância de base realizou piquetes com as bandeiras de greve geral, abaixo FHC, contra a Reforma da Previdência etc.

A plenária do funcionalismo público, ocorrida no Sindicato dos Garis, criticou severamente a negociata antioperária de Vicentinho com o governo. Tanto na plenária da CUT quanto nessa reunião o POR defendeu a necessidade de mobilização unitária dos explorados contra o Plano geral do governo.

A ala mais direitista da burocracia cutista não teve como defender o acordo, tamanho descontentamento das bases. Porém, no ato do dia 30, os burocratas tentaram impedir o POR de distribuir seu panfleto, que

caracterizava o acordo de traição. Diziam que isso era um ataque à CUT. Com isso, pretendiam esconder a verdade. A CUT é um organismo das massas. A sua direção majoritária, Articulação, é um apêndice da política burguesa, que vem degenerando o papel classista da Central Sindical. Quem trai não é a CUT. Quem trai é a direção, encabeçada por Vicentinho. Não dizer isso significa trair junto.

Os militantes poristas não se intimidaram com as ameaças e cumpriram a seu dever de revolucionários. No ato realizado no calçadão João Pessoa, o orador do POR expôs os mesmos pensamentos do panfleto que denunciava a traição e propôs a mobilização unitária.

Nacional

Campanha do POR contra a traição das direções

Ceará

O acordo da burocracia sindical com o governo FHC desmobiliza os trabalhadores

A paralisação do dia 30 no Ceará

Diante da ofensiva do governo de Fernando Henrique Cardoso contra as conquistas elementares dos trabalhadores, como o direito à aposentadoria torna-se evidente a política de colaboração de classe promovida pela burocracia cutista, CGT e Força Sindical. A mobilização do dia 30 no Ceará evidenciou mais uma vez a disposição de luta dos explorados contra as medidas anti-operárias de FHC. No entantom as massas se encontravam dispersas, confusas, devido ao isolamento das direções em relação as bases. Para a direção da CUT, PT e toda corja de reformistas é melhor discutir no Congresso corrompido do que mobilizar a maioria oprimida do país numa greve geral por tempo indeterminado para barrar a reforma da previdência e o conjunto do plano de fome do governo.

O POR defendeu intransigentemente as conquistas das massas contra a traição da burocracia e a destruição da aposentadoria por tempo de serviço, com um plano de luta antiimperialista e anticapitalista. O POR defendeu a unidade da

maioria oprimida do país, sob a direção da classe operária, como forma de desenvolver a luta contra a exploração capitalista. Para isso, é necessário defender os métodos de luta do proletariado, a realização de assembléias e plenárias de base.

A oposição demagógica do PT aó serve para disfarçar os ataques do governo e o desprezo pelos trabalhadores. O PT, ouvindo as lamentações de Vicentinho, resolveu abafar a traição com uma política oportunista-eleitoeira de resolver um problema de grande envergadura como é a previdência. Enquanto a CUT e o PT negociam, semeiam confusões, enganam e dividem ainda mais o movimento operário, o governo mobiliza sua base parlamentar para aprovar o plano neoliberal.

Abaixo o governo FHC e a burocracia sindical que colabora com os patrões! Defender as conquistas dos trabalhadores contra os ataques do governo! Construir a Frente Revolucionária Antiimperialista, sob a direção da classe operária, contra a exploração capitalista!



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

A flexibilização do trabalho é uma expropriação descarada dos elementares direitos trabalhistas dos assalariados

Nacional

O Sindicato Metalúrgico de São Paulo, dirigido pela Força Sindical, assinou um acordo com os sindicatos patronais que representa a barbárie capitalista. Em nome dos desempregados e com a mentira de abrir empregos, o velhaco Paulinho admitiu implantar medidas de defesa do lucro dos patrões. Os pontos da chamada "contratação flexível individual ou coletiva" são:

1) As empresas com até 50 empregados podem utilizar 25% da mão de obra para contratação flexível; de 50 a 500 operários, podem utilizar 20%; e de 500 para cima, 10% do efetivo.

2) A flexibilização significa:

a) não assinar a carteira profissional, portanto não ter nenhum vínculo empregatício contratual;

b) a contratação será por tempo determinado de no mínimo três meses e no máximo de dois anos;

c) a jornada será de 24 horas semanais como mínimo ou 44 semanais como máximo;

d) o salário será de acordo com a jornada máxima ou mínima;

e) o descanso semanal será proporcional às horas trabalhadas;

f) não se recolherá FGTS. No seu lugar será adotado o Fundo de Garantia do Trabalhador (FGT), que significa que por mês serão depositados 10% do ganho do operário, numa conta remunerada;

g) o 13º também será proporcional;

h) o trabalhador não poderá deixar o emprego antes do término do

contrato e o patrão não poderá demiti-lo, caso o faça pagará uma multa;

i) não haverá recolhimento do salário-educação;

j) o valor do recolhimento do INSS será igual tanto para patrão quanto para o empregado;

l) terminado o contrato, o demitido só levará consigo a miséria dos 10% de recolhimento do FGT.

Embora os capitalistas e os vendidos da Força Sindical saibam que tal contrato feito às costas dos operários contrarie até mesmo a ambígua legislação trabalhista da CLT, resolveram ir à frente. A razão é que estão realizando um ensaio para as modificações que o governo de Fernando Henrique Cardoso planeja.

Já há algum tempo o Ministro do Trabalho, Paulo Paiva deixou vaziar sua intensão de pôr fim aos encargos trabalhistas, conservando apenas o FGTS e o INSS. Tudo o mais seria retirado dos trabalhadores. O governo diz que essa medida tão catastrófica para a vida dos trabalhadores serviria para reduzir o denominado "Custo Brasil". E que assim se abririam novos empregos. Os explorados já não se admiram da hipocrisia e cinismo do governo do PSDB/PFL/PMDB. Atribuir aos encargos sociais a causa das demissões e do desemprego crônico é uma grosseria que não convence ninguém.

Se existe um "Custo Brasil", este se refere a tremenda exploração da força de trabalho, dos milhões que passam fome com um salário mínimo, do exército de desempregado crônico, da fabulosa dívida interna e externa, que empanturra de dinheiro os cofres dos banqueiros, os milhões desperdiçados com a corrupção, favores etc e, como não poderia deixar de ser, com a rede de sindicalistas parasitas, que pesam sobre os ombros dos sindicatos.

O verdadeiro "Custo Brasil" está em que a classe operária, camponeses e demais pobres carregam nas costas a classe capitalista interna e imperialista. Essa minoria exploradora saqueia os trabalhadores pagando-lhes um salário de fome e permite que as potências imperialistas sangrem o país, através das multinacionais e do endividamento.

Vemos assim que o acordo FIESP e Sindicato Metalúrgico de São Paulo

não faz senão aumentar o saque sobre os assalariados, expropriando-lhes parte de seus ganhos e de direitos ínfimos de proteção do trabalho. O próximo passo depois dessa selvageria será legalizá-la. O Ministro do Trabalho já baixou uma portaria em que a fiscalização não precisa multar as empresas que ferem a legislação trabalhista. Essa medida veio para aplainar e viabilizar o acordo anti-operário do sindicato metalúrgico.

A direção da CUT disse que não aceita esse caminho. Entretanto, o Sindicato Metalúrgico do ABC deu um passo em sua direção, admitindo o princípio da flexibilização da jornada. Trata-se não só de rejeitar os aspectos mais violentos do acordo como qualquer medida que fira os interesses dos assalariados. Para isso, é necessário organizar o proletariado em torno de um programa de combate à ofensiva geral dos capitalistas.

Essa ofensiva está concentrada nos seguintes pontos:

1) Destruição dos direitos sociais, através da "flexibilização trabalhista";

2) Destruição de direitos elementares da aposentadoria;

3) Destruição de direitos elementares do funcionalismo público;

4) Destruir os serviços públicos, como a saúde e educação;

5) Aumento de impostos sobre as massas;

6) Privatização de todos os ramos estratégicos da produção e entrega ao grande capital nacional e ao imperialista;

7) Abertura de mercado interno para as multinacionais desovarem a superprodução mundial, levando à quebra da economia interna;

8) Apoio às multinacionais e aos grandes industriais brasileiros para que façam mudanças tecnológicas, que terminam em desemprego em massa;

9) Sustentar o congelamento anual dos salários e, na época do dissídio, não repassar a perda salarial;

10) Não reajustar o salário mínimo de miséria;

Tais pontos sintetizam a política antinacional e antipopular do governo FHC, que está sendo sustentada pelas direções sindicais e pelos refor-



mistas, que controlam politicamente as massas oprimidas. Nossa tarefa deve ser a de lutar sem trégua contra essa política capitalista e contra as

direções traidoras do movimento operário.

O POR, em contraposição, chama os trabalhadores a se unirem e se

utilizarem do método da ação direta (greves, ocupações etc) em torno de um plano operário e popular.

Por um programa operário e uma campanha nacional em defesa da vida dos explorados

1. Combater o desemprego, exigir do trabalho a todos. Combater as demissões, não admitindo nenhum corte de posto de trabalho, fechamento de fábrica, as malditas demissões voluntárias e nenhum tipo de flexibilização. Nossa reivindicação e solução para o desemprego é a implantação da escala móvel das horas de trabalho. Significa repartir as horas nacionais de trabalho entre todos aptos à produção. Essa luta pode começar pela exigência de redução imediata da jornada de trabalho para 6 horas, sem redução de salários.

2. Para acabar com a fome, impor o salário mínimo vital, atualmente em torno de 1200 reais (a ser calculado com precisão). Que nenhum trabalhador ganhe menos que esse piso. Para proteger o valor dos salários contra a corrosão inflacionária, exigimos o fim do congelamento anual dos salários, reposição integral das perdas e a implantação da escala móvel de reajustes, que quer dizer elevar os salários a cada percentual da inflação presente.

3. Defender um único sistema de aposentadoria, público, estatal, sob o controle dos sindicatos, de forma que nenhum trabalhador deixe de se aposentar. Que nenhuma aposentadoria seja menos que um salário mínimo real. Que seja estendido para todos o

critério de 25 e 30 anos de trabalho para se aposentar. Que a aposentadoria seja feita em base do salário integral, não menos que o mínimo real. E que nenhum trabalhador precise recolher contribuição. Tudo deverá ser pago pelos capitalistas.

4. Diante da crise de superprodução, que é mundial, e da desintegração da economia capitalista, que aparece na forma de recessão, falências e fechamentos de fábrica, a tarefa que se impõe é lutar pelo controle operário da produção. Isso significa que a classe operária tire das mãos da burguesia as decisões e planejamento da produção.

5. A carestia, os altos preços das mercadorias de consumo popular, como a alimentação, também tem a ver com o domínio latifundiário, a especulação das terras como reserva de valores e baixa produção de produtos essenciais. A classe operária deve apoiar a luta camponesa contra a burguesia latifundiária, defendendo o programa da revolução agrária de expropriação dos latifúndios, nacionalização das terras e entrega aos camponeses pobres. Os comitês agrários devem se combinar com o controle operário da produção.

5. Essas tarefas devem estar ligadas ainda à defesa do teto a todos os

explorados, contra a privatização, pela reestatização, não pagamento das dívidas interna e externa, pelo sistema único de ensino e saúde públicos, contra o fim da aposentadoria por tempo de serviço, contra a quebra da estabilidade do funcionalismo público e nenhum imposto sobre os assalariados.

6. Esse programa elementar deve ter por estratégia a expropriação geral da burguesia, através da destruição do Estado capitalista e pela instauração de um governo operário e camponês (ditadura do proletariado). Para essa tarefa é decisiva a aliança operária e camponesa. A constituição de uma Frente Revolucionária Antiimperialista, sob a direção da classe operária, é um instrumento prático para avançar a luta dos trabalhadores contra a opressão nacional e social.

NACIONAL



Hora média trabalhada que se paga no Brasil é dez vezes menor

No Brasil, o custo da hora trabalhada nas fábricas, contando aí salários e encargos, é de em média 2,71 reais. Na Alemanha, esse valor é de mais de 21 reais. Nos Estados Unidos, é de 14 reais. No Japão, que é considerado grande explorador de mão-de-obra, paga-se 12 reais. Em todos estes países, os operários são explorados pelos capitalistas. Mas, no Brasil, a exploração se assemelha à escravidão.

Quando as direções sindicais traidoras falam em reduzir os custos da contratação, como nos casos dos acordos de flexibilização de jornada (CUT) e eliminação de encargos (Força Sindical), pretende-se baixar ainda mais o que os capita-

listas gastam com salários. O objetivo é manter a lucratividade dos capitalistas. Os salários estão baixíssimos, os capitalistas não contratam mais porque não há crescimento do mercado e a aplicação de tecnologia e o aumento da exploração do trabalho lhes permite produzir o mesmo com menos gente trabalhando. Os acordos dos traidores só vai aumentar os lucros dos capitalistas e favorecer as demissões e o desemprego. Contra os acordos traidores, exijamos a divisão do trabalho entre todos, com a redução da jornada de trabalho sem redução de salários. E que nos paguem o salário mínimo real, que é de mil reais!

Nossa pesquisa na porta das fábricas contraria a imprensa burguesa

Vicentinho mente aos trabalhadores quando diz que a aposentadoria por tempo de serviço é a mesma coisa que aposentadoria por tempo de contribuição.

Os operários nas filas de emprego das fábricas, muitos há mais de um ano desempregados, não contribuíram para a Previdência. Como pagar, se suas famílias estão passando fome?

Muitos deles trabalhavam em caráter "temporário" por alguns meses, sem direito a nenhum benefício porque não são registrados em carteira. Os patrões alegam que tempo de experiência e a rotatividade no trabalho tem sido constante.

A pesquisa na porta das fábricas com os operários que estão empregados não é diferente. Eles não entenderam a participação de Meneguelli nas "negociações". Contam que os patrões não respeitam as normas de insalubridade dentro da fábrica, como a obrigatoriedade do leite, de horas de trabalho ou de descanso conforme a função. Isto é, os patrões não reconhecem certas profissões como insalubres e fica por isso mesmo. Como provar a insalubridade? Quem irá reconhecer que a profissão é insalubre? Não acreditam nas pressões a deputados e senadores porque acham que eles só prometem defender os interesses dos trabalhadores apenas quando são ainda candidatos, depois que conseguiram se eleger eles somem.

As direções dos sindicatos elogiam o acordo das centrais sindicais, em boletim, explicando que a aposentadoria por tempo de serviço colocará fim a uma série de privilégios, principalmente do funcionalismo público. O que essas direções não dizem aos operários é que as conquistas do funcionalismo e outras categorias estão sendo destruídas.

Em letras garrafais, na primeira página de jornal da grande imprensa diz: "Metalúrgicos apóiam a negociação com o governo". A pesquisa foi feita com 220 metalúrgicos do ABC, o que não corresponde à maioria dos metalúrgicos.

Nossa pesquisa também não corresponde à maioria de todos os trabalhadores, e no entanto, o resultado foi outro.

PT prepara reforma administrativa

O PT está preparando um projeto alternativo ao do governo, de reforma administrativa para o funcionalismo público. A síntese do texto está a cargo da ex-prefeita e candidata Luíza Erundina. Seus principais pontos são a retirada da Constituição da estabilidade no emprego de funcionários públicos e a coibição das greves. Para Lula, a estabilidade não precisa estar escrita na Constituição, pode ser garantida por acordos específicos. Erundina diz que o projeto dificultará as greves porque exige o esgotamento das negociações antes de deflagrar o movimento, que deve ser avisado com antecedência, como já obriga a legislação repressiva aos operários e trabalhadores das empresas privadas.

Não é de se estranhar a posição dos dirigentes reformistas. Lula ficou contra a greve dos professores e criticou os petroleiros, repetindo como um papagaio o que diz a burguesia reacionária: que os prejudicados com a greve são a população.

Depois da colaboração de Vicentinho com o governo na reforma da previdência, não é de se estranhar que o PT ajude FHC a demitir funcionários públicos e a coibir as greves de funcionários. Os governadores e prefeitos do PT também agradecem a Erundina, pois poderão levar a fundo as reformas administrativas regionais sem os obstáculos legais e com limites à resistência grevista do funcionalismo.

O funcionalismo precisa se preparar para o próximo golpe antipopular do governo, que acontecerá com o auxílio valioso das direções reformistas traidoras. A organização pela base, através de assembleias e plenárias, de um poderoso movimento nacional que se levante em uma greve geral contra o plano do governo, chamando a unidade com o movimento operário, é o caminho para barrar as demissões, o arrocho salarial e a perda de mais direitos.

Campanha financeira para ajudar a luta do POR boliviano

O POR do Brasil está realizando uma campanha financeira para ajudar a luta do POR boliviano. A campanha baseia-se num bônus de contribuição, que diz:

"Bônus de Contribuição Financeira
Em defesa da vitória da luta revolucionária do povo boliviano

O povo boliviano tem desenvolvido uma luta sem trégua contra a aplicação do neoliberalismo, numa luta antiimperialista e anticapitalista. A Bolívia, como qualquer país, tem suas particularidades, mas a principal é a existência de um "poderoso partido trotskista" (segundo o Ministro do Interior boliviano Carlos Berzain), o Partido Obrero Revolucionário (POR), que tem se colocado à cabeça do movimento e luta para que as lutas cheguem ao ponto insurrecional, com um desenlace do conflito revolucionário favorável às massas. O governo burguês submisso ao imperialismo norte-americano tem desfechado uma brutal repressão contra a direção trotskista e anuncia mais. Contribua financeiramente para ajudar o POR e as massas bolivianas a vencerem a guerra de classes, o que certamente ajudará muito a luta das massas em todo o planeta."

Colabore e participe da campanha! Fale com o distribuidor deste jornal!



Movimento dos Sem-Terra

A ofensiva da Justiça e da polícia contra o MST

O delegado Marco Antônio Fogolin, de Sandovalina (SP), propôs ao MST que entregasse o líder foragido José Rainha e que em troca soltaria Diolinda e demais presos políticos. Não é de se estranhar a petulância desse delegado, porque sabemos que se trata da Justiça e do braço armado dos latifundiários. O importante é saber o que está por detrás dessa conduta totalitária.

Ocorre que, pela segunda vez, a polícia não consegue prender o líder máximo dos sem-terra do Pontal do Paranapanema. A entrega de José Rainha numa troca miserável como essa levaria à desmoralização do MST diante dos olhos dos trabalhadores. Somente um estúpido de mente policial poderia achar que a direção do MST admitiria tal barganha.

O mais importante, entretanto, das novas prisões e perseguição a José Rainha e Márcio Barreto é a ofensiva do Estado burguês contra o MST. Com uma mão o governo federal e os governos estaduais, mancomunados com o INCRA, acenam com a pacificação através de promessas de assentamentos. Com outra mão, acionam ou permitem que sejam acionadas medidas repressivas contra as lideranças.

O processo judicial baseado na "formação de quadrilha" mostra bem que os sequazes da Justiça burguesa, esses sim verdadeiros quadrilheiros a serviço dos latifundiários, procura desmoralizar os sem-terra perante o conjunto dos trabalhadores da cidade e do campo. Quer descharacterizar que as prisões são políticas.

Eis aí mais uma razão para que a CUT e os sindicatos comecem a levar a sério a ofensiva policial contra o MST. Está colocada uma ampla campanha entre as massas operárias e na classe média urbana empobrecida em defesa dos sem-terra, pela libertação dos presos, denúncia do governo e pela entrega das terras aos pobres do campo. Não se pode organizar seriamente nem o movimento operário e nem o camponês descuidando dos ataques da burguesia e desconsiderando a necessidade de formar os comitês contra a opressão social e política.

NACIONAL

Todo apoio à campanha do MST em São Paulo

Diante das prisões e da quebra do acordo do governo Covas de assentar os sem-terra do Paranapanema, o MST tem feito uma campanha na cidade de São Paulo, mobilizando em forma de rodízio os lutadores do campo. Nesse mês de fevereiro, foram realizadas várias atividades, como o ato na Paulista, em frente à Secretaria da Justiça etc, acampamentos como os do Ibirapuera, da Anchieta e, agora, no Km 21 da Castelo Branco. É necessário que os sindicatos se juntem a essas manifestações convocando a participação dos trabalhadores.

Para se organizar uma verdadeira campanha de luta, é preciso que a CUT convoque uma plenária dos militantes, ativistas sindicais e trabalhadores de base e que forme um comitê de ação. Por essa via é possível reunir forças para prestar auxílio material e político ao MST. O POR se coloca totalmente do lado do MST contra as prisões e pela entrega das terras. Em nossa campanha denunciaremos o governo e exigimos que a CUT e os sindicatos mobilizem suas forças para a mesma finalidade.



Boletim do POR para as fábricas em defesa do MST

Pela libertação imediata de Diolinda e outros organizadores do Movimento dos Sem-Terra

Qual tem sido a conduta do governo? De um lado, o governo prende, mais uma vez, as lideranças do MST do Pontal do Paranapanema (SP) e caça José Rainha e Márcio, por defenderem a entrega das terras griladas pelos latifundiários aos trabalhadores agrários. Por outro, oferece todos os meios aos fazendeiros que se apropriaram das terras do Estado. As ricas indenizações pelas "benfeitorias" têm sido as exigências dos latifundiários. O governo se mostra muito condescendente com estes fazendeiros, que já exploraram durante anos e se enriqueceram às custas dessas terras. Aos sem-terra, o governo só reserva a violência policial-militar. Os assentamentos têm sido uma farsa. Covas não cumpre nem com a mísera promessa de assentar umas poucas famílias. Uma grande maioria dos camponeses continua em condições subumanas em acampamentos improvisados.

Como se vê, aos trabalhadores sem-terra não resta outra solução senão ocupar e resistir aos despejos violentos. A unidade com a luta dos operários e demais

oprimidos é o caminho para avançar o combate dos camponeses pobres pela terra. A construção de comitês contra a prisão e perseguição dos líderes do MST é uma tarefa necessária para denunciar a violência reacionária dos latifundiários (que se arnam até os dentes contra os sem-terra) e do governo burguês.

Covas não cumpriu o acordo de assentamento. As novas ocupações são a única arma dos sem-terra para defender suas vidas e de suas famílias. A prisão de Diolinda e demais é mais um ato de arbitrariedade do governo, ditada pelos latifundiários. É inaceitável a omissão das direções sindicais e da própria direção da CUT em não responder com vigor contra a repressão dos líderes sem-terra. A simples assistência jurídica aos presos políticos sem a mobilização dos trabalhadores

não será capaz de barrar a violência dos latifundiários e governo.

É nos momentos mais difíceis da luta contra os latifundiários e seu governo que vemos a necessidade de uma verdadeira aliança operária-camponesa. Todos aqueles que lutam conseqüentemente pelo fim da opressão latifundiária devem ter por estratégia a conquista de um governo operário e camponês, através da revolução proletária.

Sem a aliança operária e camponesa não será possível nem avançar nas conquistas anti-latifundiárias e nem preparar as condições para destruir o capitalismo como sistema de opressão de classe. Pela aliança operária-camponesa para libertar os presos e conquistar a terra.

Pela libertação dos presos políticos e entrega imediata das terras aos camponeses pobres!

O MST pretende convocar os desempregados para engrossar as fileiras da luta pela terra

O MST e a CUT anunciaram que estão planejando mobilizar os desempregados dos bairros operários e das favelas para engrossarem a luta pela terra. Se essa medida não passar de fogos de artifício para "pressionar" o governo a dar alguma esmola de assentamento, terá enorme valor para a luta dos explorados.

Como saberemos se a proposta é para valer? Há um meio de saber. Que o MST e a CUT formem os comitês de ativistas e militantes para realizar o trabalho de organização dos desempregados. Que os sindicatos coloquem seus meios materiais e políticos para tal finalidade.

Por outro lado, é necessário colocar o problema do desemprego de maneira mais ampla ainda. Ou seja, que a CUT reveja a política de seus sindicatos de aceitarem as

demissões voluntárias, a flexibilização de jornada etc, que conduzem à colaboração de classe e ao fortalecimento das medidas patronais de desemprego. O problema fundamental a ser atacado é o de superar a divisão entre empregados e desempregados, divisão essa promovida pelos próprios sindicatos.

Para que o acordo entre CUT e MST seja sério, é indispensável que se coloque o problema do desemprego nesse âmbito. É inacreditável que se diga que a CUT vai mobilizar os desempregados para irem ao campo lutar pela reforma agrária, quando nas fábricas a mesma direção aceita que o operário seja jogado na rua. Se no campo a luta pela reforma agrária implica em organizar as ocupações de terra, a luta nas cidades contra o desemprego e outras formas de opressão capitalista implica em greves, ocupações de fábrica, bloqueios de avenidas etc.

Uma direção que quer mesmo engrossar o MST com desempregados tem de demonstrar sua disposição de organizar a luta pelo emprego nas fábricas. Se não for assim, não dá para acreditar que se esteja planejando essa unidade e que, portanto, não se esteja blefando em cima das desgraças dos oprimidos da cidade e do campo. O POR está disposto a participar de tais comitês, se a CUT e o MST os convocar.

Denúncias

O movimento dos sem-terra do Rio Grande do Norte fez a reocupação, em janeiro, da Fazenda Ararém, no município de Touro. A polícia foi acionada pelo governo para expulsar os camponeses à força. O resultado foi que dois membros da ocupação foram baleados e cinco destacados lutadores presos. Em seguida, a Justiça burguesa abriu inquérito pedindo mais prisão preventiva.

Está aí mais um exemplo que comprova que as terras não serão conquistadas pelo movimento camponês pela via pacífica, como prega a direção do MST.

É necessário a unidade operária e camponesa para avançar a luta e permitir a constituição de comitês de auto-defesa contra a agressão militar e dos jagunços.

Liberdade a Horácio Panário e outros perseguidos políticos na Argentina!

Liberdade a Diolinda e aos outros sem-terra!

Continua preso na Argentina o militante do MAS (Movimento ao Socialismo) Horácio Panário. Ele era um dos membros da Coordenação dos Desempregados de Neuquén, e foi preso por ser uma das lideranças do movimento de desempregados da cidade, que realizou grandes mobilizações no ano passado. A prisão é política e existe ainda a perseguição do governo a outros dirigentes da Coordenação de Neuquén, membros de partidos de esquerda como o POR, PTS, MST, PO etc.

O governo de Menem joga a democracia burguesa no lixo e parte para a repressão aberta aos movimentos, incluindo as prisões políticas, próprias de regimes militares. A burguesia argentina dá-lhe ainda mais forças para aplicar a política neoliberal ditada pelo imperialismo ao conceder-lhe plenos poderes para ajustar a política econômica, criando mais impostos ou cortando investimentos em saúde, educação etc. Na Argentina, o plano neoliberal está muito mais adiantado que no Brasil: conseguiram acabar com a previdência e com todos os direitos trabalhistas. É isso o que pretendem em todos os países da América Latina. A repressão aos lutadores é parte da estratégia para aplicar essa linha impondo-a às massas sem resistência organizada. Colaboram para isso as direções traidoras que se juntam ao governo para negociar o corte de direitos da previdência e trabalhistas.

Nossa luta para libertar Panário e os outros dirigentes lutadores se junta à luta contra o plano neoliberal que se aplica aqui no Brasil, e contra a repressão política aos lutadores daqui também, como Diolinda e as outras lideranças dos sem-terra.

Temos o dever de fazer todo esforço de denúncia e pressão pelo fim da opressão política e social. Chamemos todas as organizações e partidos que se reivindicam do movimento operário a se juntar nessa luta. A não participação ou a omissão quanto a esse problema é aberta colaboração com a repressão capitalista.



A opressão sobre a mulher é opressão capitalista

O agravamento das condições de vida das massas da cidade e do campo se converte em maior tormento ainda para a maioria das mulheres. A desagregação do capitalismo, que é o sistema econômico de exploração do trabalho, e as políticas econômicas dos governos recaem inteiramente sobre os trabalhadores, indistintamente se são homens ou mulheres. Porém, as trabalhadoras e donas de casa sofrem de maneira específica a opressão que recai sobre todos os explorados.

Os danos que atingem as massas femininas se originam da necessidade da classe capitalista explorar mais e mais os trabalhadores de conjunto. Eis porque a luta contra a opressão da mulher só é verdadeira se for a luta contra a burguesia e seu sistema econômico de acumulação de capital. Qualquer desvio dessa rota, como por exemplo considerar o problema da mulher à parte dos homens trabalhadores, ou como possível de ser sanado no interior do capitalismo, conduz a uma política de maior submissão aos exploradores.

O embrutecimento da mulher excluída da produção e transformada em prisioneira dos afazeres rotineiros das donas de casa é uma das conseqüências particulares da opressão burguesa. Não é menor o tormento das mulheres que cumprem a dupla jornada de trabalho: no lar e na produção. Mais ainda: as mulheres são discriminadas salarialmente, ganhando menos para trabalho igual; são discriminadas quanto às funções exercidas. Os capitalistas as arrastam à produção para que se constituam em mais uma fonte de renda complementar para as necessidades da família, que não consegue sobreviver com o salário de fome do "chefe de família" (é assim que o homem é considerado no capitalismo). Ao mesmo tempo, sua presença no mercado de trabalho serve para rebaixar de forma geral o valor da força de trabalho.

Dado o desemprego, o salário tão baixo que não permite a família viver e toda sorte de problemas sociais daí decorrentes, uma boa parte dos lares se desagrega e a mulher se encontra na contingência de assumir sozinha os filhos. Segundo pesquisas do próprio governo, em média, 21,65% das famílias são sustentadas apenas pelas mulheres. No Rio de Janeiro, esse fenômeno atinge 26,73%. No Nordeste, 23% dos lares são chefiados pelas mulheres e, no Sudeste, região mais rica, o índice é de 22%. Esses números indicam que em qualquer parte do país se manifesta brutalmente a desagregação das famílias operárias e camponesas, obrigando as mulheres a serem o único estio para os filhos. E isso marcado por salários irrisórios, como o salário mínimo de 100 reais ou menos disso, que sequer dá para a comida.

A miséria atinge também um aspecto

particular da mulher. Ela tem a função natural da maternidade. A mortalidade feminina por razões de gestação e parto é grande, e muito tem a ver com a fome e com a pesada jornada de trabalho. No capitalismo, não só não é possível proteger a maternidade como ela é sacrificada para a maioria feminina.

Está relacionada a isso a imposição governamental de esterilização de milhões de mulheres. Segundo o IBGE, 40% das mulheres brasileiras foram artificialmente esterilizadas, em plena fertilidade. Por outro lado, a proibição do aborto, a falta de assistência médica e a clandestinidade ambulatorial têm afetado brutalmente o sexo feminino. A Organização Mundial da Saúde estima que cerca de 5 milhões anualmente fazem o aborto. E que aproximadamente 200 mil morrem devido a imperícias e falta de condições. Uma outra parcela fica mutilada e esterilizada pelas mesmas razões.

Soma-se a essa situação catastrófica, o crescimento extraordinário da prostituição, que não livra sequer as meninas ainda crianças. A mercantilização da prostituição de crianças, verificada principalmente nas cidades turísticas, é o ponto mais alto da putrefação do sistema capitalista e da opressão sobre a mulher.

Não se pode desconhecer também a opressão religiosa, que obscurece a mente de todos os explorados e que os catequiza como servos da opressão. Quanto mais as mulheres estejam fora da luta política menos compreendem de onde vem a miséria e mais são sucetíveis do domínio obscurantista da religião, que colabora para manter a mulher oprimida.

A resposta revolucionária à opressão da mulher

O fim da opressão sobre a mulher é um ponto estratégico do programa da revolução e ditadura proletárias. As reivindicações contra a opressão feminina são parte do programa mais geral da luta de classes contra os exploradores. A defesa da libertação da mulher do jugo da dupla jornada, do estafante trabalho da dona de casa, da obrigação de assumir todos os encargos da família desfeita, da violência do aborto clandestino, da miséria do salário, do desemprego etc é o ponto de partida para que as massas femininas engrossem a luta de classes travada pelo conjunto dos explorados.

É fundamental nesse combate incentivar as trabalhadoras a ingressarem nos sindicatos, se organizarem nas comissões de fábrica, a se mobilizarem nas greves, a assumirem um posto de combate nos piquetes, enfim, se politizarem e se transformarem em força ativa da luta revolucionária. A política proletária volta a organizar as mulheres na luta de classes se dirige fundamentalmente a ingressá-las no movimento político dos ex-

plorados. Eis porque sua organização a partir da produção é a principal preocupação do partido revolucionário.

Entretanto, há uma massa de mulheres fora da produção, e que resume sua vida como dona de casa. Somente 41,4% das mulheres estão na produção. Ou seja, 58,6% são donas de casa ou desempregadas. Isso quer dizer que o trabalho político nos bairros populares é de grande importância. Todo tipo de problema se manifesta neles (moradia, saúde, educação etc). Trata-se de tomá-los como ponto de partida com a mesma finalidade de ingressar as mulheres na luta do proletariado.

Por essa via, se compreenderá que a tarefa de emancipar a mulher do trabalho doméstico e de toda forma de obstrução de suas potencialidades depende da luta emancipadora pela destruição do capitalismo e construção do socialismo. Regime econômico e social que permitirá a verdadeira igualdade entre todos os seres humanos, porque estará abolida a divisão de classes, ou seja, a exploração do homem pelo homem. Porém, para se destruir o capitalismo e alcançar o socialismo será necessário que homens e mulheres explorados constituam um único exército, organizado e dirigido pelo Partido Operário Revolucionário.

Está aí porque a primeira tarefa para avançar a luta contra a opressão da mulher se concentra em organizar nas células do partido as lutadoras que se destacam nos movimentos. O Partido Revolucionário tem como instrumento para fazer progredir a luta das mulheres a construção de frações revolucionárias, dirigidas pelo programa e linha partidários. As frações revolucionárias se destinam a desenvolver uma plataforma de luta de classe e a dar respostas organizativas a partir das experiências concretas nos movimentos.

Movimento Operário



A quinzena das lutas do movimento operário

- * No dia 12/02, os têxteis da Guilherme Giorgi fizeram assembléia na porta da fábrica para decidir greve pelo atraso do salário de janeiro. Todos os meses a empresa atrasa o pagamento. A empresa cortou o convênio médico e o transporte dos operários.
- * 40 Costureiras da Roupas AB, em Itapevi acamparam (de 16/01 até 08/02) em frente à fábrica para pressionar o pagamento atrasado e horas extras desde dezembro. Receberam R\$ 160,00 e até dia 16/02 será pago o restante do salário de dezembro. O de janeiro será pago em 1º de março.
- * A Camelo Confecções, da Vila Maria, pagou somente 50% do salário de janeiro, o restante dia 16/02. O recolhimento do FGTS não é efetuado desde 1993. Paralisaram o trabalho.
- * 33 vigilantes da Arke que participaram da manifestação pelo atraso do salário receberam R\$ 50,00 como antecipação. Os vigilantes fizeram manifestação na porta da fábrica. As manifestações continuam para que o restante também receba.
- * Moe Sul em greve pelo atraso do salário de setembro e rescisões de 200 demitidos. Patrões não compareceram à audiência no TRT.
- * Trabalhadores da Ofício Serviços Gerais cruzaram os braços exigindo pagamento de janeiro e vale-transporte.
- * Bernardini, JCVR, Ferros Pinheiros, Cotiforma, Café Dominium, Metal FAC, Thunder-Commat, Conscal também entraram em greve para protestar contra o calote
- * Os patrões não pagam a participação no lucro determinada em convenção coletiva. Várias fábricas estão cortando benefícios, como transporte gratuito, cesta básica e aumentando o tíquete-refeição justificando a PLR. Os metalúrgicos da Metal Astro, Acumuladores Fulguris, Thebas, Triton, Norfol, Bat-Plast Abrasivos São João, os borracheiros da Válvulas Record, Benflex, os químicos da Vogel, Injection Samuray, Blow, Menon, Pelicular manifestaram-se com greves, acampamentos na porta da fábrica, passeata e conquistaram o parcelamento e outras já a primeira parcela.
- * Os trabalhadores da Ralclis Conservação e Limpeza, que executam serviços no Fórum João Mendes conquistaram vale transporte e cesta básica depois de 4 dias de greve e a adesão de outros 22 funcionários que trabalham em outro andar.
- * Os operários da construtora Wysling, que constrói um shopping no km 14,5 da Raposo Tavares pararam em protesto contra o atraso do salário e as precárias condições do alojamento, cheio de pulgas e inundado pelas chuvas. As horas extras são pagas por fora para a empresa se livrar dos encargos sociais, comida ruim, banheiros sem papel e toalha para enxugar as mãos, irregularidade no cinto de segurança. Os patrões pagaram o salário no mesmo dia da greve e atendeu à reivindicações: será construído novo alojamento com colchões e roupa de cama, substituído o fornecimento da alimentação e trocar o equipamento de segurança pelo cinto paraquedista.
- * Os patrões inventam pacote de "benefícios", como 6 meses de convênio médico, cesta básica para demitir. Os operários querem e precisam trabalhar para sobreviver, e fazem paralisações em solidariedade aos demitidos:
- * metalúrgicos da ZF do Brasil e Metalac protestam demissões de companheiros: foram pregadas cruzes de madeira com velas acesas em frente à fábrica.
- * Servplan demite 75 (20%) dos funcionários: paralisação de 7 horas.
- * Tâmeis estamperia de Diadema demite 34 prensistas.
- * Eaton autopeças demitiu 55 e dá férias coletivas para 60.
- * Tos, de Diadema reduz salário e jornada em 20%
- * Evetron, indústria de componentes eletrônicos vem demitindo desde dezembro seus funcionários e não paga os direitos, aviso prévio e FGTS.
- * Não cumprimento do acordo da convenção coletiva leva operários à greve: Conscal Construções e Comércio de limpeza, CEN autopeças
- * operários da Usimold ferramentaria impediram saída de máquinas em uma carreta.
- * Evetron, indústria de componentes eletrônicos vem demitindo desde dezembro seus funcionários e não paga os direitos, aviso prévio e FGTS.
- * Patrões colocam polícia na porta da fábrica para impedir greve dos cervejeiros da Brahma, em Jacaréí. O prêmio de produtividade apenas para os trabalhadores de 4 fábricas (são das 12)
- * Operários da Construtora Cyrela entram em greve por causa da carne estragada no almoço. Nova refeição foi servida.



Movimento dos sem-teto realiza passeata

No último dia 08/02, cerca de oitocentas pessoas se concentraram junto à Câmara Municipal, e depois fizeram passeata até a prefeitura. Distribuíam o seguinte manifesto:

"Pelo Direito de Morar

Que a Prefeitura Municipal de Diadema pague os 8.000 m² da gleba de terra das Lojas Marisa ocupadas por sem-teto trazidos pela Prefeitura de áreas de risco.

Que com esta medida nos possibilitará a compra do restante da terra uma vez que o proprietário exige a compra da área toda.

Que tal procedimento possibilitará a aquisição da terra para 750 famílias morar.

Que a Prefeitura auxilie na infra-estrutura da área, medição dos lotes, ruas, água, luz.

Pelo direito de morar e viver

Chega de politicagem

Chega de cooptação de movimento para barrar a luta dos sem teto

Queremos a terra é agora, já, porque o aluguel não dá mais para pagar

Associação Oeste de Diadema

Movimento Socialista Independente pela Terra

5 anos de Vila Socialista

Uma grande manifestação foi realizada em comemoração aos cinco anos de Vila Socialista. Os trabalhadores se orgulham de falar de suas lutas e são categóricos em manifestar apoio à continuidade do movimento (Movimento Socialista Independente pela Terra).

Os sem-teto e principalmente os lutadores da Vila Socialista e do movimento independente devem tirar lição da história da luta do proletariado de que, no capitalismo, a problemática da habitação não terá solução. O capitalismo tirou o homem do campo e o trouxe para as fábricas das cidades, mas deixou-o sem moradia.

Os poucos sem-teto que conseguem apartamentos são muitas vezes obrigados a vendê-los, porque não conseguem pagar as prestações e precisam comer. Aqueles que ocupam terras também acabam em situação difícil, porque os miseráveis salários impedem qualquer possibilidade de vida digna. A maioria, nem mesmo um apartamento ou ocupação consegue. E, além das dificuldades naturais, ainda há o problema das direções dos movimentos, que em grande parte só manipulam em favor do eleitoralismo e politicagem, colaborando com a opressão capitalista.

Se a única saída é a destruição do capitalismo, é preciso aprender como fazer isso. A única escola em que podemos aprender e realizar essa tarefa histórica é o partido operário revolucionário. Todas as dificuldades da vida nos pressionam para abandonar a luta e aceitarmos a exploração: os meios de comunicação, as igrejas, os partidos burgueses e suas mentiras, a mentira da democracia burguesa, as dificuldades econômicas e até a família. Somente a consciência revolucionária pode nos manter no caminho da luta.

Viva a Vila Socialista! Viva o Movimento Socialista Independente pela Terra! Construamos o Partido Operário Revolucionário! Abaixo a burguesia, sua fome e miséria!

Guilherme Giorgi

Companheiros Têxteis:

A fábrica da Guilherme Giorgi há vários meses vem passando por momentos de dificuldades financeiras. A possibilidade de fechar é bastante grande, isto não teria nenhuma importância para os operários têxteis se as dificuldades não sobrecaíssem sobre as costas dos trabalhadores. A Guilherme Giorgi demitiu em dezembro a metade dos funcionários, aqueles que ficaram não recebem seus salários, e estão por perder o emprego sem receberem suas indenizações. A resposta do Sindicato é a de esperar que a fábrica abaixe suas portas e coloque na rua vários trabalhadores sem receber.

A ETCD e o transporte em Diadema

A ETCD é uma empresa pública criada pela pressão do movimento popular. Pela limitação política deste, que não é capaz de exercer o controle sobre a empresa, ela assume todas as características de uma empresa capitalista típica. Com uma política patronal, a empresa se arrasta ano a ano, e cada vez mais aumenta sua dívida.

Depois de 10 anos de criação, temos hoje uma situação dramática: um péssimo transporte prestado aos usuários mesmo com a tarifa cara.

Não sobram cobradores e motoristas, mas a contratação de chefes e mais chefes, técnicos e mais técnicos, administradores e mais administradores, em grande parte cabides de emprego das administrações petistas, elevou o número de funcionários para 12 por ônibus, quando poderia ser de 6,3. Essa situação complica ainda mais as dificuldades da empresa. Os inimigos do estatismo se utilizam desses dados para defender a privatização, que colocaria milhares na rua.

Por que o transporte é ruim? Por que a empresa só acumula prejuízo apesar das passagens caras?

Exatamente por causa da política burguesa do PT, que administra a prefeitura e a empresa. No início da construção do PT, este defendia a estatização, apesar de já naquele momento haverem setores privatistas. Hoje, depois do último encontro do transporte do PT, se aprovou uma linha claramente privatista, oposta ao estatismo. As administrações do PT trabalharão no caminho da privatização.

Opomo-nos à privatização das estatais. Mas sabemos que não é possível defender as estatais sem o respectivo controle operário das mesmas. No caso da ETCD, colocar a empresa sob controle das assembleias de funcionários e dos usuários. Sua direção e política de condução devem sair dessas assembleias e as diretorias devem ter mandato revogável, subordinados às assembleias. A organização da comissões de garagem independentes da política burguesa cumprem papel fundamental nesse sentido. Para isso precisam incorporar a política revolucionária do proletariado.

Movimento Operário



As consequências da Reforma de Ensino

Covas se aproveitou da paralisação da classe e implantou a reestruturação da rede pública. Os resultados são terríveis. De um lado, milhares de alunos ficaram sem escolas e, de outro, professores desempregados. O governo realizou, no final do ano passado, um cadastramento dos alunos para matricular somente aqueles que estavam de fato vinculados à escola. Os que

havia desistido (evadido) no primeiro semestre e aqueles que não assinaram as fichas de cadastro automaticamente ficaram fora da rede. Com isso, segundo dados da própria Secretaria da Educação, se eliminou 500 mil alunos, considerados "fantasmas". O segundo passo foi o de fechar escolas, tidas como pequenas (menos de 10 salas de aula). Assim, fecharam mais de 100 unidades. O terceiro, foi o de cortar turnos, ou seja, escolas que funcionavam com quatro ou cinco turnos foram reduzidos no máximo para três. Por fim, determinou que as escolas fossem de 1ª a 4ª séries não mais teriam o período noturno. Além disso, acabou com as matrículas de suplência (supletivo) e magistério noturnos.

É claro que só por aí é possível demonstrar a redução de escolas, salas e, principalmente, o fechamento do período noturno em boa parte delas. Sem dizer que as escolas que funcionarão terão as salas de aula superlotadas, a exemplo do segundo grau onde a menor sala será de 45 alunos. As listas de alunos por sala demonstram que as mesmas estão apinhadas de crianças e adolescentes.

Outro problema grave se refere aos professores. Houve a redução da carga horária de algumas disciplinas, como História e Geografia. E a eliminação das aulas de educação física e artística (que eram ministradas por PIII) de 1ª a 4ª séries. Os professores que trabalhavam nas escolas-padrão foram obrigados a aumentar o número de aulas, para poder compor a jornada (de 26 para 32 aulas semanais, equivalendo à jornada integral). O fechamento de escolas, diminuição de salas, aumento do número de aulas para compor jornada, eliminação de disciplinas e redução do número de aulas por classe em História e Geografia, trouxeram como consequência o desemprego em massa. Por isso, a atribuição de aulas nas delegacias foi uma farsa, pois não havia aula. Milhares de professores, que há anos estavam vinculados à rede, foram postos na rua.

A Reforma de Ensino está em oposição aos reais interesses dos alunos, pais e educadores. Trata-se de uma peça de um Plano mais geral, que vem sendo aplicado no país. A reforma da educação, da Previdência, a quebra dos monopólios estatais e a reforma administrativa fazem parte da política neoliberal, encarnada pelo governo do PSDB. O que faz Covas em São Paulo nada mais é do que avançar com a privatização do ensino e eliminar uma boa parte do funcionalismo. Não é por acaso que o conteúdo da reforma da educação é a municipalização, parcerias e demissão. Covas pagará a monstruosa dívida do estado às custas dos cortes de verbas da saúde e educação, da entrega de parte das escolas às empresas privadas e da demissão.

Se por um lado, Covas avança com sua reforma privatista, por outro, não tem havido a resistência dos alunos, funcionários e professores. As direções sindicais se curvaram diante das refor-

mas do governo. A diretoria da Apeoesp se nega a convocar uma assembleia para organizar e canalizar o descontentamento da classe. Diante das demissões, propõe que individualmente os professores recorram à Justiça burguesa. Diante da municipalização, que é o passo concreto para a privatização, propõe fiscalizar os municípios para que apliquem os 25% das verbas à educação. Diante do piso de 238 reais, propõe novamente retomar a farsa das negociações. Diante da exaustiva jornada de trabalho, propõe que as escolas fiquem planejando os cursos, aulas etc. Por fim, diante da Reforma como um todo, propõe as mobilizações por escola e as pressões junto à delegacia de ensino.

Vemos que essa é a política da derrota. Isso porque mantém o professorado isolado, desorganizado e impotente para resistir tamanha violência do governo.

Ao contrário, é necessário organizar a luta. Nesse sentido, propomos a convocação imediata de uma Assembleia Geral, unindo os empregados e desempregados, para aprovar um plano de ação contra a reforma. Não é possível esperar até o final de março (como propõe a diretoria) para realizar uma assembleia. A convocação da assembleia deve ser no início das aulas, porque daí sairá a luta pela reabertura imediata de escolas, salas de aulas, nenhuma demissão, vagas para todos os alunos que queiram estudar. Quanto mais se esperar mais a reforma se sedimentará.

Chega de colaboração com o governo!

Nenhum aluno fora das escolas!

Nenhuma demissão de trabalhadores em educação!

Abaixo com a reforma privatista de Covas!

Funcionários de Escola:

No mês de janeiro a AFUSE distribuiu um tipo de questionário para ser respondido pelos diretores de região. As várias questões tinham o intuito de chegar a uma conclusão: que funcionário de escola não quer lutar, juntamente com o questionário a diretoria da AFUSE encaminhou uma proposta de pauta para as reuniões que se seguirão: Colônia de Férias, Ampliação do Convênio Médico, Supletivo para os funcionários de escolas etc..., são coisas deste tipo (diante da grande opressão que vivem os funcionários por parte do governo) que a AFUSE nos orienta a discutir.

Na reunião, a Corrente Proletária colocou que não devemos discutir distrações como a AFUSE nos propõe porque o governo está atacando os trabalhadores de forma dura (demitindo, arrojando os salários e fazendo sua reestruturação deixando vários alunos sem vagas), que agora é o momento de chamarmos uma assembleia unificada com pais, alunos e professores para lutarmos contra o governo.

Diretoras de Escolas não compreendem o papel do governo.

As diretoras de escolas sabem que os funcionários têm um piso salarial de 140 reais mensais, sabem que com este salário não se compra nem mesmo a cesta básica, as diretoras de escolas sabem que o governo tem tentado sabotar os concursos públicos contratando por apenas um ano os concursados e, apesar da falta de funcionários que existe, não querem efetivar. As diretoras de escolas também sabem que o funcionário é obrigado a trabalhar 9 horas na escola, muitas vezes fazer trabalho fora de sua função ganhando aquela migalha, sabe que o governo está para contratar empreiteiras etc. No entanto, estas diretoras (algumas exceções) preferem ficar do lado do governo, oprimem os funcionários como se fossem os patrões, chegam a impedir que se faça reuniões dentro da escola para discutir os graves problemas que vivemos.

Nós funcionários de Escolas não devemos nos subordinar a estas diretoras que ganham migalhas também, que certamente serão demitidas na primeira oportunidade que o governo tiver, devemos chamar a atenção de que elas estão traindo os trabalhadores e fazendo papel de pau mandado do governo.



Os Primeiros Trotskistas no Brasil - X

No Massas nº 103 vimos como no início de 1937 Vargas procurou ludibriar a oposição burguesa com as eleições parlamentares, para criar um clima de liberdade democrática nomeia, como Ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares. Este ordenou ao chefe de polícia Filinto Müller a libertação de 308 presos políticos que ainda não tinham culpa formada. Foi a chamada "macedada".

Armando Sales de Oliveira renunciou ao governo de São Paulo para tornar-se presidente do Partido Constitucionalista, visando candidatar-se à Presidência da República. Já Vargas preparava a candidatura de José Américo de Almeida.

O POL editou o livreto "A Situação Nacional. Teses Aprovadas pelo Comitê Central Provisório do POL", em julho. *Analizando a candidatura de Sales como representante da nova burguesia industrial e dos pequenos agricultores, fortes em São Paulo e no Rio Grande do Sul, que eram favoráveis à ampliação do consumo interno para beneficiar a indústria nacional. Por outro lado, analisou que Zé Américo representava a grande burguesia latifundiária do nordeste, que servia ao imperialismo lanque. Concluindo que "os trabalhadores não devem ter nada com nenhum dos dois".*

Já o PCB se mostrava dividido entre o apoio a Armando Sales ou José Américo

O Estado Novo e a Divisão do Estalinismo.

Enquanto a discussão sobre as candidaturas acontecia, os integralistas articulados pelo General Gois Monteiro, forjaram um plano para incriminar os comunistas, o chamado "Plano Cohen". Com isto conseguiram que o Congresso Nacional aprovasse a continuidade do *Estado de Guerra*, iniciando-se novo ciclo de prisões.

O Comitê Regional-SP do PCB (de oposição à linha oficial) responsabilizou as posições de Bangu (secretário geral do PCB) como as responsáveis pelo *Estado de Guerra*, propondo uma Conferência Nacional Extraordinária para discutir o assunto. Como a ala de Bangu foi contra a convocação, Sacchetta (Secretário Geral do CR-SP) procurou os representantes dos demais CRs para destituir Bangu e formar um novo Comitê Central Provisório (CCP). Por outro lado, Bangu destituiu Sacchetta, formando novo Comitê Regional em São Paulo.

Enquanto a luta interna no PCB se processava, a 10 de novembro, Vargas cancelou as eleições, fechou o Congresso Nacional e outorgou Nova Constituição nos moldes fascistas. Foi a instauração do *Estado Novo*.

Como resposta o POL, em seu jornal "A Luta de Classe" nº 34 de 10/12/37, no artigo "O Golpe de Estado Bonapartista" procurou demonstrar como a crise do capitalismo mundial deixou a burguesia incapaz de defender "até mesmo o seu tipo de democracia, restando assim para ela a escolha entre o fascismo e o comunismo", e como a "política estalinista de colaboração de classe e de traição à revolução" deixou a "porta aberta ao fascismo". Afirmou ainda que muitos dirigentes do PCB não acreditavam no proletariado e nas massas trabalhadoras, passando assim a assimilar a ideologia confusa dos líderes pequeno-burgueses com quem se aliaram. Sendo que a ausência de reação ao golpe de Getúlio, permitiu a este se abster de usar a tropa de choque dos integralistas e, assim, atrair parcela da burguesia e inclusive ex-membros da ANL. Analisou ainda como Vargas conservava os integralistas, caso surgissem dificuldades para a consolidação do Estado Novo.

Durante o fracionamento, "A Classe Operária", órgão central do PCB, acabara ficando com Sacchetta, que fazia eco às posições de "A Luta de Classe" do POL, embora ainda continuasse um órgão anti-trotskista, considerando-se o verdadeiro representante da IC, citando Stalin em sua argu-

mentação contra o oportunismo de Bangu.

No final de 1937, muitos trotskistas são obrigados a deixar o país. Pedrosa parte para a Europa, a pretexto de organizar a IV Internacional, passando a direção do POL a ser exercida por Febus Gikovate. Este se estabeleceu no Rio até fevereiro de 1938, quando mudou-se para São Paulo com o propósito de discutir com o grupo de Sacchetta sobre a necessidade de construção do Partido Revolucionário. Com a ajuda de Plínio de Melo, impulsionou o POL em São Paulo.

Enquanto isto, Hilcar Leite e Lúcio Frago, no Rio de Janeiro, iniciaram contato com a poetisa Pagú que, recentemente libertada, organizou um pequeno grupo de oposição à direção PCB carioca. Pouco tempo depois foi presa novamente e com ela Hilcar, Lúcio e o mimeógrafo do POL. O que não impediu que a edição de 23 de abril, já quase pronta, circulasse.

Sacchetta foi expulso do PCB em novembro de 1937, mas a divulgação só aconteceu em março de 1938, pois o PCB não obteve as mínimas condições materiais para publicar, sequer uma edição mimeografada d'"A Classe Operária" enquanto isso Sacchetta continuava publicando em São Paulo a sua "A Classe Operária".

Mariguella passa a coordenar o Comitê Regional paulista (ala Bangu) e começou a penetrar na área de simpatizantes de Sacchetta no interior. Mas apesar dos revezes e com o apoio de 6 CRs a fração de Sacchetta instala em São Paulo o CCP do PCB, marcando para novembro uma Conferência Regional de São Paulo e do Triângulo Mineiro. Após a Conferência iniciou-se uma intensa campanha contra as posições de Bangu, através de livretos e artigos n'"A Classe Operária" que procuravam demonstrar a "incapacidade de Bangu" e de "seus atos sem o consentimento da Internacional Comunista". A partir deste momento as frações chingavam-se mutuamente de contra-revolucionárias e trotskistas e concluíam que a sua era a verdadeira linha política desenvolvida por Lenin e Stalin. Nos primeiros meses de 1938, Sacchetta acabou perdendo a maioria de seus apoios ao CCP graças ao trabalho de Mariguella, mas isso não o impediu de continuar firme nos ataques a Bangu.

O POL assistindo à luta entre a "pseudo-dissidência" do estalinismo e a "fração oficial" escreveu que "o caráter progressivo degenerou numa luta estéril, caracterizada pela agressividade com que as duas alas se castigam mutuamente em torno de problemas secundários", e que "é tempo da fração dissidente definir-se". ("Ainda a Crise do Stalinismo" in "A Luta de Classe" nº 39, abril de 1938). Estas críticas repercutiram no interior do CCP. De um lado, militantes, como Rocha Barros, viam nas críticas uma ponta de verdade, de outro haviam ardorosos antitrotskistas como Tito Vézio Batini.

Enquanto se processava esta discussão no interior do PC, o integralismo tentou a tomada do poder através de um golpe, em 11 de maio de 1938, facilmente debelado. Vargas aproveitou o ensejo para fazer uma emenda à Lei de



Segurança para poder aplicar a pena de morte.

Foi neste momento que se expressou a maior divergência de linha entre as frações do PCB. De um lado, a "fração oficial" (Bangu) congratulou Vargas pelo esmagamento da intentona integralista (carta a Vargas, 14/05/38), por outro, o CCP (Sacchetta) advertiu que a pena de morte seria usada contra os comunistas. A IC que, até este momento, não tinha tomado uma posição, passou a apoiar a fração de

Bangu, acusando o CCP de "pretensa fração trotskista em São Paulo".

O clima de imensa repressão, após o 11 de maio, confirmou a tese de Sacchetta, pois esta atinge tanto os integralistas quanto os militantes de esquerda. Assim, Heitor Ferreira de Lima, antigo dirigente estalinista, foi preso em 15 de maio, e acabou identificando Sacchetta para a polícia, sendo este preso após quinze dias.

Sacchetta após 1 mês de detenção consegue prisão domiciliar, alegando ser tuberculoso. Em casa, pouco tempo depois, consegue fugir. Neste período

pós-fuga, aumentaram-se as conversações com Febus Gikovate e Plínio de Melo, o que ocasionou uma divisão no interior do CCP. Isto ocorreu quando Tito Battini e José de Carvalho acusaram Sacchetta e Rocha Barros de utilizarem a luta contra a direita do Partido para lançar o grupo para a ideologia trotskista.

No próximo Massas continuaremos a história do trotskismo o Brasil desta vez com a formação do PSR de Sacchetta.



As massas russas percebem os males da restauração capitalista

As eleições russas que se aproximam colocam três alternativas para a situação. Uma nova vitória dos neoestalinistas manteria a direção das reformas capitalistas, mas colocaria um freio nelas, reivindicado pelas massas, que sentem cair a cada ano a qualidade de vida com a restauração. A vitória do ultranacionalista Jironovski também limitaria a penetração do capital imperialista e aumentaria a crise social, além de agravar as relações com países vizinhos e repúblicas da federação russa. Yeltsin, apesar de bêbado, doente e visivelmente incapaz, mostra-se para o imperialismo como a alternativa mais confiável para levar adiante a restauração capitalista, ainda que tenha que desfechar mais golpes sangrentos contra as massas pelo caminho.

As eleições parlamentares passadas mostraram que a população russa está muito descontente com as reformas capitalistas. Votaram em peso nos comunistas (neoestalinistas) por olharem neles a possibilidade da volta ao passado, à URSS, ao estatismo que garantia, ainda que mal e sob tremenda ditadura, emprego e alimentos, saúde e

educação.

A crise da restauração capitalista na Rússia mostra as dificuldades de realizar a contra-revolução. A volta ao capitalismo significará um retrocesso monumental nas condições de vida das massas russas, por isso não pode ser feito sem um banho de sangue. O capitalismo não pode oferecer mais a ninguém uma possibilidade de desenvolvimento. Mergulhado em uma crise de superprodução fantástica, é obrigado a destruir cada vez mais maciçamente as forças produtivas para poder sobreviver. É isso o que pretende fazer na Rússia.

O maior proletariado do mundo só tem a saída da derrubada revolucionária da burocracia e da restauração da ditadura do proletariado, que defenda as conquistas da revolução de Outubro de 1917 e devolva o poder político e econômico às massas, para que possam colocar a Rússia de volta ao rumo da construção da nova sociedade, o socialismo, que só pode acontecer mundialmente, enterrando o cadáver histórico ainda vivo do capitalismo.

Imperialismo pressiona para aumentar controle sobre Balcãs

Depois de impor um acordo de paz na ex-Iugoslávia a sérvios, muçulmanos e croatas, o imperialismo americano busca agora subordinar todas as frações burocráticas ao tacão americano e europeu. As prisões de dirigentes militares sérvios para julgamento por crimes de guerra abriu uma crise no processo. As principais lideranças sérvias recusam-se a se submeter a julgamento internacional e suspenderam relações com as forças internacionais (imperialistas).

Com a medida, o imperialismo pretende cortar a cabeça do movimento rebelde sérvio, impossibilitando qualquer alteração de seus planos, que são de submeter a região ao controle americano e europeu.

As frações burocráticas, que forma constrangidas a fazerem um acordo de cessar fogo imposto pelos navios de guerra americanos, mantêm-se em

choque. Mesmo a federação muçulmano-croata está dividida, porque o acordo de governo conjunto submeterá os muçulmanos aos croatas.

Como se vê, a presença do imperialismo e o domínio dos restos da burocracia estalinista nesses países são a causa da guerra civil e dos massacres. Enquanto o imperialismo estiver presente oprimindo as nacionalidades, utilizando-se para isso dos choques entre as frações burocráticas, permanecerá a opressão nacional. A saída para as nacionalidades é a expulsão do imperialismo e a destruição das frações burocráticas, única forma de garantir a autodeterminação. A ditadura do proletariado, baseada no poder das massas contra a burguesia e o imperialismo, é a via para se chegar à uma livre cooperação entre as nações.